



HERÓDOTO E A NOÇÃO DE VERDADE NA HISTORIOGRAFIA GREGA: UM BREVE COMENTÁRIO

Tiago da Costa Guterres¹

Resumo

O presente texto busca mostrar que, nas *Histórias* de Heródoto de Halicarnasso, há uma característica bastante particular no que se refere à *verdade*. No lugar de uma incessante busca da verdade em sua forma absoluta, a obra apresenta-se centrada na opinião (*doxa*). Ao apresentar o conteúdo das *Histórias* com o valor de opinião, Heródoto parece aceitar as intervenções de seu público e o debate, comuns entre os gregos no século V a.C.

Palavras-chaves: Verdade. Historiografia Grega. Heródoto.

A categoria verdade é inegavelmente um elemento de fundamental importância no que diz respeito à produção historiográfica. Sendo esta última também histórica, as concepções de verdade de determinados períodos – ora mais afastados cronologicamente, ora bastante próximos – são bastante diferentes de outros, o que torna necessária a reflexão constante acerca da produção do conhecimento histórico, do alcance e eficácia dos métodos e abordagens dos historiadores na difícil tentativa de (re)construção do passado. Pode parecer evidente que “*as sociedades passadas não tiveram as mesmas concepções de verdade que a nossa*”. No entanto, convém delimitar com mais precisão a maneira como tal concepção aparece em outros períodos, povos e culturas. O presente texto reside em um breve comentário acerca de Heródoto de Halicarnasso, autor grego do século V a.C., e a questão da *verdade*. Buscarei evidenciar que, na obra que conhecemos sob o nome de *Histórias*, a famosa questão da *busca da verdade* por parte do historiador não se apresenta da mesma maneira que estamos habituados a tratar, por exemplo, na historiografia “atual”².

O caso que parece ainda hoje ser o mais famoso de tentativa de revisão das tradicionais concepções de verdade na historiografia foi o de Hayden White³. Este causou

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: tcguterres@bol.com.br.

² Utilizo o termo “atual” de maneira genérica. Não há o interesse aqui de estabelecer ou apontar quais são as novas “tendências” historiográficas, mas de estabelecer um distanciamento entre a história escrita pelos gregos antigos e a história escrita pelos historiadores de nosso tempo.

³ White possui uma grande quantidade de livros e artigos sobre o assunto. A seguir, cito um texto seu cujo original é de 1974. Creio que os dois textos do autor que utilizo no presente trabalho são suficientes para ilustrar o problema. No entanto, cabe mencionar dois de seus trabalhos mais famosos: *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1973; *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1978.

um grande mal-estar entre os historiadores, ou, ao menos, àqueles mais preocupados com as questões teóricas. De seus diversos apontamentos o que destaco aqui, devido ao grau de polêmica resultante, é o de sua tentativa de aproximação entre literatura e história. Para White, os historiadores e filósofos

[...] em geral têm sido reticentes [o original é de 1974] em considerar as narrativas históricas como o que manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* como *encontrados* e cujas formas têm mais em comum com suas homólogas na literatura do que com as das ciências. (WHITE, 2003, p. 109).

Não entrarei aqui nos complexos enlances dos argumentos do autor. No entanto, a partir de suas palavras fica visível – e é isso que nos importa aqui – que o autor entende a história muito mais como uma narrativa que apresenta um conteúdo com bases em elementos ficcionais do que, de fato, naquilo que entendemos por *verdade historiográfica*. Suas afirmações representam, como já foi colocado, uma grande polêmica, pois ao contestar a produção historiográfica enquanto forma de conhecimento verdadeiro acerca do passado⁴, o autor visa romper com a famosa oposição entre, de um lado, a História enquanto algo referente ao *real* e a literatura, enquanto pertencente ao campo do *possível*.

[...] como deve ser configurada uma situação histórica dada depende da sutileza do historiador para relacionar uma estrutura de trama específica com um conjunto de acontecimentos históricos aos que deseja de um tipo ideal de significado. E isso é essencialmente uma operação literária, isto é, produtora de ficção. E chamá-la assim de forma alguma invalida o status das narrativas históricas como provedoras de um tipo de conhecimento. Porque não só são limitadas em número as estruturas pré-genéricas de trama com as que os conjuntos de acontecimentos podem ser constituídos como relatos de um tipo particular, como Frye e outros grandes críticos sugerem, e sim que a codificação dos acontecimentos em termos de tais estruturas de trama a uma das formas que possui uma cultura para dotar de sentido aos passados tanto pessoais quanto públicos. (WHITE, 2003, p. 115).

Suas afirmações causaram imenso descontentamento em uma ampla gama de estudiosos. O italiano Carlo Ginzburg⁵ é um dos mais famosos exemplos de historiadores que travaram discussões com White:

A recusa, essencialmente relativista, de descer a esse terreno faz da categoria 'realismo', usada por White, uma fórmula carente de conteúdo. Uma verificação das pretensões de verdade inerentes às narrações historiográficas como tais implicaria a discussão dos problemas concretos, ligados às fontes e às técnicas de pesquisa, a que os historiadores tinham

⁴ White não contesta a produção historiográfica como forma de conhecimento. Trata-se, ao invés disso, de apontar a necessidade de delimitação do campo e de uma redefinição dos preceitos tradicionais dos historiadores.

⁵ Ver o debate entre os dois textos: GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 222-223; WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 191-210. A partir do que coloca White, o Holocausto poderia ter não apenas a forma mais conhecida, a de uma tragédia, mas poderia possuir outra conotação, outro sentido, se a interpretação pertencesse a um outro grupo, por outro ponto de vista e com outros interesses, e nem por isso sendo menos *verdadeira* que a interpretação tradicional.

se proposto em seu trabalho. Se esses elementos são desdenhados, como faz White, a historiografia se configura como puro e simples documento ideológico. (GINZBURG, 2007, p. 327).

Mas as contestações não vieram apenas dos historiadores. Outra crítica de grande pertinência às considerações acima resulta do campo da filosofia. O filósofo francês Paul Ricoeur, sempre atento às discussões sobre historiografia, aponta para um ponto frágil na obra de White. Ricoeur divide a produção historiográfica em três fases⁶, estas não representando uma simples sucessão de etapas, mas sim uma articulação entre elas: 1) a fase documentária e dos arquivos; 2) fase explicativa e compreensiva; 3) fase propriamente literária ou escriturária (RICOEUR, 2000a, p. 737). O ponto central de sua crítica reside no fato de White considerar apenas o âmbito escriturário (narrativo), desprezando ou desconsiderando os demais⁷:

Isso que é ordinariamente perdido de vista nas discussões centradas sobre a retórica do discurso histórico. O erro aqui é o de esperar da narratividade e da tropologia que elas preenchem as lacunas de uma argumentação cuidadosa de tomar razão dos encadeamentos de toda a espécie de fatos revelados. A esse respeito, tudo não se passa sobre o plano escriturário, nem mesmo sobre aquele da explicação/compreensão: é à prova documental que é preciso remontar [...] (RICOEUR, 2000a, p. 745).

A discussão é longa, envolve grande número de pesquisadores, e certamente não termina por aqui. E também não é minha intenção ousar estabelecer o certo e o errado, ou um vencedor, aquele que levaria os louros da vitória para casa. Mas a referida discussão pode ser de grande utilidade. Por exemplo, a partir das questões suscitadas e, mesmo que não obtendo uma resposta satisfatória para todas elas, colabora para o surgimento de uma reflexão mais elaborada acerca dos limites de alcance do conhecimento histórico em direção ao passado. Pode, também, servir como incentivo para refletir o problema em outros períodos da história. Mas por que optar pelos gregos? A resposta não pode ser simplesmente a mais repetida pelos leigos: “porque eles são nossos pais... eles criaram tudo!”⁸. Uma resposta um pouco mais elaborada e, creio, mais viável, diz respeito ao fato de

⁶ O artigo citado consiste em uma versão simplificada de um trabalho de maior fôlego publicado no mesmo ano: RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000b. Para este livro, o assunto é desenvolvido principalmente na segunda parte, intitulada “Histoire/Épistemologie”, nas páginas 165-369.

⁷ É necessário colocar que Guinzburg também faz uma crítica semelhante à de Ricoeur: “Hoje, a insistência na dimensão narrativa da historiografia (de qualquer historiografia, ainda que em diferente medida) se faz acompanhar, como se viu, de atitudes relativistas que tendem a anular *de fato* qualquer distinção entre *ficção* e *história*, entre narrações fantásticas e narrações com pretensão de verdade. Contra essas tendências, ressalte-se, ao contrário, que uma maior consciência da dimensão narrativa não implica uma acentuação das possibilidades cognitivas da historiografia, mas, ao contrário, sua intensificação. É precisamente a partir daqui, portanto, que deverá começar uma crítica radical da linguagem historiográfica de que, por hora, só temos algumas referências.” (GINZBURG, 2007, p. 329).

⁸ Segundo Marcel Detienne, se muitas categorias gregas continuam presentes em nossos dias (nem que seja apenas pelo nome), não significa que devemos estabelecer uma linha reta dos gregos até nós. Ao invés de herdeiros passivos, fomos atuantes neste direcionamento aos gregos antigos. Ou seja, se os gregos (e também os romanos) estiveram e estão presentes de tal maneira na dita *Cultura Ocidental*, é porque encontraram colaboradores: “Através de uma tradição muitas vezes secular, alternada por sucessivos humanismos, temos o sentimento de uma familiaridade maior com os gregos dos primórdios, entre a Odisséia e Parmênides, entre Homero e o Partenon” (DETIENNE, 2008, p. 151).

que tanto para os gregos quanto para “nós” (me refiro à produção historiográfica), houve/há um sério problema a ser solucionado: como representar os acontecimentos passados no presente, ou, nas palavras de Paul Ricoeur, como representar *no presente*, a coisa *ausente*?⁹ Apesar de não ser tratada nos mesmos moldes dos historiadores de nosso tempo, pode-se perceber sua presença, mesmo que de forma silenciosa, como no caso de Heródoto.

Foi o “historiador” Heródoto de Halicarnasso que, em meados do século V a.C., busca apresentar ao público suas investigações (*historiēs apodexis*). Nas palavras iniciais das *Histórias* encontramos claramente a assinatura (*sphragís*) do autor, marcando sua responsabilidade ao expressar o ponto de origem daquilo que será apresentado ao público:

Heródoto de Halicarnasso expõe aqui suas investigações, para impedir que o que fizeram os homens, com o tempo, não se apague da memória e que os grandes e maravilhosos feitos, concluídos tanto pelos bárbaros quanto pelos gregos, não cessem de ser lembrados; em particular, a causa com que gregos e bárbaros entraram em guerra uns contra os outros. (HERODOTUS, 1, 01).

Com a ausência da figura sábia das Musas, é preciso buscar o desejado, para assim poder expor ao público, em seu próprio nome, o fruto de suas próprias investigações. A partir da exposição de seu nome, juntamente com seu lugar de nascimento, Heródoto apresenta-se como o responsável por uma ampla iniciativa. E é no âmbito dessa iniciativa que se mostra necessário que o estrangeiro vindo de Halicarnasso atue no sentido de construir uma imagem de credibilidade ao material que exporá a um público no qual é desconhecido, onde sua “novidade” pode facilmente ser vista com desconfiança. Mas como fazer crer? Para François Hartog a chave para responder a tal pergunta se encontra nas marcas de intervenção do autor em sua narrativa: “eu vi”, “eu ouvi” (quando *ver* não é possível ou não é mais possível), “eu digo” e “eu escrevo” (HARTOG, 2001, p. 432 – pois Hartog considera a obra herodotiana uma produção entre o oral e o escrito). Mas este recurso utilizado pelo autor diz respeito às exigências e coerência e plausibilidade de uma obra que trata daquilo que já não está mais presente no momento em que é lida ou ouvida. O fato é que não há nas *Histórias* uma tentativa de convencer que se trata de uma obra que apresenta *a verdade* sobre o que ocorreu entre os gregos e os bárbaros. Ao menos não de forma explícita. A questão não se apresenta expressamente formulada como o era com Homero e Hesíodo, nem mesmo como será depois com Tucídides. Com o rompimento do elo que ligava o mundo dos humanos – curiosos de seu passado e representados pelo

⁹ Ricoeur dedica um espaço de seu livro “La mémoire, l’histoire, l’oubli” (2000b) à questão. O autor toma como ponto de partida o que afirma ser a primeira formulação do problema da representação do passado, que surge entre os filósofos gregos Platão e Aristóteles (principalmente nas páginas 5-25). O que interessa aqui é o fato de Ricoeur considerar o referido problema da representação do passado: uma espécie de permanência na produção dos historiadores que, no entanto, não inicia com a história, mas com a memória e as dificuldades que surgem (memória impedida, memória manipulada e memória obrigada).

poeta inspirado – ao das figuras divinas, resulta vazio um espaço outrora preenchido, surge uma intrigante lacuna na qual o investigador por si só não pode preencher. No mundo de mudanças a que pertence Heródoto e seus contemporâneos, ou seja, o mundo da cidade isonômica, não há espaço para palavras incontestáveis. Os gregos que se propõem a ouvir as *Histórias* não foram educados para continuar em silêncio diante de temas como os trazidos por Heródoto, diretamente vinculados às questões importantes debatidas no cotidiano. Neste mundo onde o debate e a busca do convencimento a partir da palavra é a característica mais valorizada nas decisões políticas, e levando em conta a importância e a amplitude de alcance desta no âmbito da cidade, é fácil supor que tal fórmula estivesse presente nos mais variados momentos de suas vidas:

O que implica o sistema da polis é primeiramente uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder. Torna-se o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem. Esse poder da palavra – de que os gregos farão uma divindade: *Peithó*, a força da persuasão – lembra a eficácia das palavras e das fórmulas em certos rituais religiosos, ou o valor atribuído aos “ditos” do rei quando pronuncia soberanamente a *themis*: entretanto, trata-se na realidade de coisa bem diferente. A palavra não é mais o ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório, a discussão, a argumentação. (VERNANT, 2005, p. 53-54).

E de fato o próprio investigador parece demonstrar ter consciência disso. No conhecido debate persa a respeito da melhor forma de governo, Otanes, Megábizos e Dario apontam, respectivamente, os benefícios de uma isonomia, uma oligarquia e o governo de um homem apenas. Antes de apresentar o debate o autor faz uma sugestiva advertência: “[...] realizaram um conselho para tratar da situação, onde palavras foram pronunciadas de forma que para alguns gregos parecem incríveis, mas não há dúvida de que elas foram ditas.” (HERODOTUS, III, 80).

A colocação acima “parece fazer eco, em certos momentos, de um diálogo com o auditório ou de discussões” (HARTOG, 2001, p. 415). O que reforça ainda mais a tese de que as passagens mencionadas aqui são um indício de que as *Histórias*, ao serem apresentadas ao público, “instigavam” o ouvinte a discutir a veracidade de seu conteúdo ou apontar seus posicionamentos. E isso faz com que o próprio autor interfira¹⁰, opine em momentos específicos ou, como é o caso, defenda-se por antecipação de possíveis críticas. Com a ausência de uma verdade plenamente confiável, indiscutível, antes reservada ao poeta e seu contato com as deusas, resta a Heródoto buscar em seus informantes um material que pode ser escolhido, discutido e contestado, ou aceito pelo seu público, assim

¹⁰ Darbo-Peschanski aponta para o fato de que são encontradas diferentes posições ocupadas por Heródoto nas *Histórias*: defendendo seu *logos* e argumentando contra outras versões; não propondo sua própria versão, mas manifestando estar de acordo com alguma das versões apresentadas; não efetuando intervenções críticas, por tratar-se de relatos ou discursos (*logoi*) fechados em si mesmos, que não podem ser atribuídos a ninguém (DARBO-PESCHANSKI, 1998, p. 140).

como o faz o próprio autor com as informações que apresenta nas Histórias: “Entre estes dois grupos de alegações, cada um está livre de *escolher o que lhe parece mais convincente*; mas já foi declarado por mim aquilo que penso.” (HERODOTUS, II, 146, grifo meu).

Conforme demonstrou a helenista francesa Catherine Darbo-Peschanski, a obra de Heródoto é centrada na opinião (*doxa*)¹¹ e, sendo assim, no momento da apresentação das *Histórias*, “não é apenas em raras ocasiões que o destinatário é convidado a manifestar-se, mas sim constantemente, pois que toda opinião *pede* uma discussão, seja para aprová-la, seja para contestá-la.” (DARBO-PESCHANSKI, 1998, p. 213).

Mesmo que a questão da verdade não seja diretamente colocada nas *Histórias*, dando maior espaço à busca de várias opiniões em confronto, não significa que não esteja presente. Trata-se aqui muito mais de uma percepção e reconhecimento da impossibilidade de alcançá-la do que um fato meramente esquecido ou negligenciado. Heródoto foi, todos sabem, um viajante. Passou por diversos locais e teve contato com numerosas culturas. Colheu informações em numerosos lugares e creio que reconheceu as divergências nas narrativas que examinou. Mas também certamente percebeu que muitas dessas informações (e isso sua obra mostra) faziam sentido, seja por lhe parecer verossímil, seja por estar em concordância com outro relato, ou mesmo por sua própria constatação. E tal aceitação das opiniões de vários grupos, vários informantes, juntamente com sua organização em uma narrativa não pode ser considerada como uma abdicação da “*busca da verdade*”¹². Mas mesmo que não se trate de abrir mão de encontrar a verdade, este não é seu papel. Sua tarefa é a de recolher o maior número possível de posições, contrárias ou complementares, e deixar que seu destinatário decida qual delas deve ser levada em conta e qual deve ser refutada. Apresentadas ao público (não apenas o ateniense, mas o grego em geral), convida-o a tomar partido de uma ou outra, e escolher a que lhe parece mais verdadeira diante de um vasto repertório de opções.

Agora, se é verdade que Xerxes enviou realmente a Argos um arauto que teria dito as palavras mencionadas por mim, nem se o enviado argivo teria ido até Susa para interrogar Artaxerxes sobre a aliança, e não sustento aqui a respeito do curso dos acontecimentos qualquer opinião oposta à versão dos próprios argivos. Em verdade, minha obrigação é registrar o que é dito, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha história). (HERODOTUS, VII, 152).

¹¹ Pois Heródoto, segundo Darbo-Peschanski, dá às suas próprias palavras o valor de opinião/*doxa*. Assim, os informantes proporcionam opiniões sobre as quais, a seu turno, passam pela opinião do investigador, enquanto seu público é convidado a apresentar sua própria opinião sobre o que foi apresentado.

¹² Em um trabalho mais recente, Peschanski continua com a afirmativa de que a verdade, *alétheia*, não é a meta de Heródoto: “[...] a oposição válida não é *alétheia* VS *doxa* [...] Antes, é a oposição *opinião de verdade* VS *outras opiniões* que, contudo, não são descartadas” (DARBO-PESCHANSKI, 2007, p. 86).

É isso que o leitor-ouvinte pode esperar da investigação executada por Heródoto. A representação do que já está ausente não é possível de outra forma. E isso é bastante distante do que fez Tucídides. Na composição de sua narrativa escrita, a verdade é o principal objetivo. Diferentemente de Heródoto e suas *Histórias*, a questão toma outra forma quando analisada em sua obra. Testemunha ocular da Guerra do Peloponeso, o autor não aceita outra versão que não aquela vista pelos próprios olhos. Já não parece mais haver lugar para uma obra de *opiniões*, tal como as do estrangeiro vindo de Halicarnasso¹³:

E, quanto às ações que foram praticadas na guerra, decidi registrar não as que conhecia por uma informação casual, nem segundo conjectura minha, mas somente aquelas que eu próprio presenciara e depois de ter pesquisado a fundo cada uma junto de outros, com a maior exatidão possível. Muito penoso era o trabalho de pesquisa, porque as testemunhas de cada uma dessas ações não diziam o mesmo sobre os mesmos fatos, mas falavam segundo a simpatia por uma ou outra parte ou segundo as lembranças que guardavam. E para o auditório o caráter não fabuloso dos fatos parecerá talvez menos atraente [...]. (TUCÍDIDES, I, 22).

Eis a primeira manifestação direta acerca do problema! Tucídides estabelece o primado da *visão* frente à *audição*, do que foi visto com os próprios olhos frente o que provém de terceiros. Tal mudança representa o fim, mesmo que logo após o seu nascimento, de uma concepção herodotiana de história.

Mesmo que a questão sobre a representação no presente de uma coisa ausente não tenha sido trabalhada pelos historiadores gregos como o foi pelos filósofos, pode-se dizer que o problema estava presente em suas obras. Em Heródoto, a impossibilidade de alcançar o passado, de “*estar lá*” no momento dos acontecimentos altera toda uma característica dos poetas gregos de acesso a verdade, sendo esta possibilitada pelo contato com as Musas que, segundo o poeta Hesíodo, sabem “o que foi, o que é, e o que será” (HÉSIODE, *Théogonie*, 32 e 28). A atividade do historiador denuncia a fratura. Há uma substituição epistemológica, onde o papel ocupado pela figura divina passa a ser ocupado pelo ato de investigar. Aqui reside a causa da impossibilidade de maiores pretensões de alcance da *alétheia*. Problema tão grave que, posteriormente, acabará por limitar Tucídides à produção de história apenas enquanto houver a possibilidade de ser vista com os próprios olhos, ou seja, uma história contemporânea. Não há, a partir das concepções de Tucídides, história *verdadeira* de outro modo senão no presente (HARTOG, 2005, p. 94). Esta foi sua maneira de resolver o problema. Mas se trata de uma questão que perpassa o tempo, a partir do momento em que se almeja falar do que já se passou. Quer seja um problema referente ao fato de não sermos testemunhas oculares, não tendo o mesmo privilégio de Tucídides (ou ao menos o privilégio que pensou ter), quer seja o de admitirmos (ou não) que a narrativa, como nos moldes de Hayden White, é a chave para pensarmos as

¹³ Hartog aponta para o fato de que desde o início de sua obra aparece a vontade de romper com as outras histórias e, em particular, com as de Heródoto (HARTOG, 2005, p. 92).

possibilidades/impossibilidades de se alcançar a/uma/alguma verdade. A discussão ainda se encontra balizada pela tentativa de se resolver um problema que já estava presente para os gregos antigos e sua “*primeira historiografia*”: o da *representação* exata do passado ou, como na prudente colocação de Paul Ricoeur, o da *representância* (RICOEUR, 2000, p. 359-369), o que admite seu caráter aproximativo e a necessidade de um contínuo aperfeiçoamento.

Referências

- DARBO-PESCHANSKI, Catherine. O Discurso do Particular: Ensaio sobre a investigação de Heródoto. Brasília: Editora UNB, 1998.
- DARBO-PESCHANSKI, Catherine. L'HISTORIA: Commencements Grecs. Collection Folio Essais. Paris: Éditions Gallimard, 2007.
- DETIENNE, Marcel. Les Maîtres de Verité Dans la Grèce Archaïque. Paris: Maspero, 1981a.
- DETIENNE, Marcel. Os Gregos e Nós: Uma Antropologia Comparada da Grécia Antiga. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). A História Escrita: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- GINZBURG, Carlo. O Fio e os Rastros: Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HARTOG, François. Evidence de l'histoire: Ce que voient les historiens. Paris: Gallimard/Éditions de l'EHESS, 2005.
- HARTOG, François. Le Miroir d'Hérodote: Essai sur la représentation de l'autre. Paris: Gallimard, 2001.
- HERODOTUS. Histoires. With an english translation by A. D. Godley. (2 v.). Cambridge, MA: Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1920.
- HÉSIODE. Théogonie/Les Travaux et les Jours/Le Bouclier. Texte établi et traduit par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1964.
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la Représentation du Passé. In: Annales. Histoire, Sciences Sociales. Paris, n. 4, 2000a, jul.-ago, p. 731-747.
- RICOEUR, Paul. La Mémoire, l'histoire, l'oubli. Paris: Éditions du Seuil, 2000b.
- TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso – Livro I. Tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- VERNANT, Jean-Pierre. As Origens do Pensamento Grego. Rio de Janeiro: DIFEL, 2005.
- WHITE, Hayden. El texto histórico como artefacto literário. In: _____. El Texto Histórico como Artefacto Literário y Otros Escritos. Barcelona: Ediciones Paidós, 2003.
- WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). A História Escrita: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.